

Política e verdade

AUGUSTO MARZACÃO

O Brasil aproxima-se do grande dia em que vai eleger o futuro presidente da República. Depois de quase 30 anos é o reencontro da Nação consigo mesma. É o direito ao voto que simboliza a democracia, estável e permanente, acalentado anseio de toda sociedade.

As discussões sobre o processo eleitoral têm sido intensas, principalmente a partir do surgimento de uma nova candidatura que hoje não mais subexiste em face da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

O fato político deste novo nome tornou-se significativo, pois possibilitou que se conhecesse melhor o estágio de politização das elites, dada a facilidade com que as pessoas abordaram essa questão, levantando suspeitas e, em alguns casos, falseando a verdade sobre os acontecimentos que sacudiram o panorama eleitoral.

O Presidente da República foi acusado de armar uma jogada política que, se verdadeira, teria a marca da genialidade. No caso, o que estaria em discussão seria a ética e sua adequação ao momento, nunca a legalidade da ação.

Aliás, não se cultiva com grandeza a veracidade dos fatos quando se atribui interesse eleitoreiro no Veto à Legislação que possibilitou o surgimento da controvérsia. É bom lembrar que o artigo 8º da Lei Eleitoral era inconstitu-

cional. Contemplava retroatividade a 15 de maio, data-limite da filiação partidária, quando o diploma legal teve vigência a partir do dia 9 de junho, ou seja, 25 dias depois.

O Congresso Nacional, com o seu elevado discernimento e competência, também entendeu prudente que a matéria deveria seguir o seu curso, da forma que hoje se encontra, confirmando o veto do Presidente.

Verifica-se, pois, que todos sabiam o que poderia acontecer. O fato resume-se assim numa simples dialética da caça ao voto.

A realidade da política brasileira é singular. O sistema Presidencialista não raro responde sozinho pelos desacerços de toda a Nação. Também, favorece a crítica no alvo mais fixo em que se transforma o Presidente da República.

Em artigo publicado no **CORREIO BRAZILIENSE** no dia 1º de outubro, tive oportunidade de ponderar sobre a conveniência da revisão constitucional, já a partir de 1991. Não seria adequado para o País postergar o exame, profundo e sério, da verdade política que deve balizar o futuro, sem casuísmos vinculados a eventuais maiorias, que ocasionalmente estariam se formando na esteira da infidelidade partidária. Isto é, quase nenhum compromisso com os partidos e com o povo e muito maior vinculação a situações de fisiologismo político.

Afinal, de quem é a culpa? Os partidos não são estáveis por culpa dos políticos? O atual sistema de governo favorece o *status quo*? Enfim, a atual geração de políticos terá de enfrentar esses desafios, até mesmo como ponto de partida para recuperar a sua imagem de credibilidade hoje bastante desgastada.

O Brasil não pode se eternizar como o País das frustrações, no tocante à estrutura político-partidária. A sociedade nacional — pujante, combativa e democrática — naturalmente vai definir o seu novo caminho, importando na rigorosa seleção de seus representantes.

As recentes pesquisas eleitorais indicando que os candidatos chegarão embolados, para a decisão do dia 15 de novembro, refletem as dúvidas e os questionamentos dessa nova postura da comunidade. Por exemplo, está ficando para trás o tempo em que se ganhava no grito ou com a virulência da agressão gratuita e dos apelos emocionados ao populismo e à demagogia. Agora, o povo quer mais. Quer programas. Busca líderes conscientes, equilibrados e competentes.

A democracia que proporciona a jornada eleitoral, tem nas eleições a garantia de sua permanência. Esta feliz concertação é o que interessa.

Fora disso, não vale a pena. Ou melhor, somente mostra a alma pequena...